GEOgrafias
ISSN 2237-549X
Revista **GEO***grafias*, v.20, n.1, Jan./ Jun. 2024

Onde estão os mercados?[1]

Where are markets?

Jamie Peck
University of British Columbia

Resumo

O objetivo deste capítulo é preparar o terreno para teorizar a diversidade e a espacialidade dos mercados, abordando (e buscando essencialmente) ir além da ótica restritiva do modelo ortodoxo. Para tanto, busca-se percorrer três etapas. A próxima seção apresenta algumas questões preliminares sobre o lugar dos mercados e sua geografia histórica realmente existente. A segunda parte do capítulo trata do desafio em descentralizar o mercado, em ir além da ideia de que o mercado pertence ao centro do universo econômico de forma adequada e eterna. Qual é o escopo para entender os "mercados reais", tanto conceitual quanto empiricamente, sem recorrer ao modelo idealizado do mercado "puro" e todas as suas distorções posteriores? Por fim, o capítulo aborda também a questão dos "mapeamentos" alternativos dos mercados, seguindo algumas sugestões do trabalho de Karl Polanyi, mas sugerindo uma reconstrução mais aprofundada. A conclusão do capítulo reconhece que a pergunta "onde?" com relação aos mercados continua sendo uma questão teórica exigente, de modo que o conteúdo a ser apresentado destina-se a indicar pontos de partida diferentes, não a destinação em si. Novas respostas a essa pergunta "onde?", embora seja propriamente uma questão que Polanyi caracteriza como investigação "substantivista" sobre a formação, reformulação e transformação do mercado no mundo real, deve primeiro considerar, entre outros aspectos, o caráter relacional dos mercados, que são codependentes de modos de coordenação e regulamentação não relacionados ao mercado; segundo, sua forma "instituída", necessária na função, mas variável na prática; e, não menos importante, em terceiro lugar, suas dinâmicas e contradições processuais sempre em desequilíbrio.

Palavras-chave: mercados, mercados realmente existentes, regulação, Polanyi, substantivismo

Abstract

The goal of this chapter is to prepare the ground for theorizing the diversity and spatiality of markets, (necessarily) dealing with, but seeking to move concertedly beyond, the restrictive optic of the orthodox model. It seeks to do so by way of three steps. The following section opens up some preliminary questions about the place of markets and their actually existing historical geography. Next, the chapter turns to the challenge of decentring the market, of moving beyond the idea that the market properly and eternally belongs at the centre of the economic universe. What is the scope for understanding "real markets", both conceptually and empirically, without recourse to the idealized model of the "pure" market, and all its downstream distortions? Finally, the chapter addresses the question of alternative "mappings" of markets, taking some cues from the work of Karl Polanyi, but urging a more thoroughgoing reconstruction. The chapter's conclusion acknowledges that the "where?" of markets remains a demanding theoretical question, such that what follows serves to inform some different points of departure, not the destination itself. New answers to this "where?"

[1] Traduzido por João Tonucci, do original: Peck, J (2020) "Where are markets?" In: Berndt, C.; Peck, J; Rantisi, N. (Eds), Market/Place: Exploring Spaces of Exchange. Newcastle: Agenda Publishing.

question, though properly a matter for what Polanyi characterizes as the "substantivist" investigation of real-world market formation, re-formation and transformation, ought to recognize, inter alia: first, the relational character of markets, which are codependent on non-market modes of coordination and regulation; second, their "instituted" form, necessary in function but variable in practice; and not least, third, their always out-of-equilibrium processual dynamics and contradictions.

Keywords: markets, actually existing markets, regulation, Polanyi, substantivism

Mercados deslocados

Ao contrário da mitologia criada em torno do mercado, na qual o intercâmbio, a permuta e a troca são naturalizados como algo que se assemelha a impulsos primitivos, os mercados nasceram, na verdade, como objetos delimitados deliberadamente construídos. As primeiras dessas instituições econômicas foram, literalmente, construções provinciais: locais, espaços e cenários designados para formas de troca regidas por regras que, nos tempos feudais, eram comumente encontradas em encruzilhadas, nos limites da cidade ou nas fronteiras entre jurisdições, onde poderiam ter um marco fronteiriço. Como espaços de ordem produzida e executada, esses primeiros mercados começaram como lugares à parte e como adjuntos ao mundo social, ou como recortes dele: "os primeiros mercados não controlavam o espaço, mas eram controlados por arranjos espaciais que surgiam da organização de outros tipos de transações sociais" (Agnew 1979: 100). Desde as feiras itinerantes, cujas origens têm sido associadas com transações mais indisciplinadas (ou arriscadas), até os espaços mais vigiados (mas ainda assim contidos) definidos pelos mercados presenciais [market places], confinados em salões de mercado ou designados por cruzes de mercado, esses locais germinais de troca eram zonas expressamente demarcadas. Como Jean-Christophe Agnew (1979) explica, o significado original do mercado era, nesses e em outros aspectos, "distintamente situado":

> Antigamente, a palavra [mercado] se referia alternadamente à área, à ocasião ou à reunião de compradores e vendedores reunidos em um tempo e local específicos. O "mercado" do final da Idade Média sugere uma esfera de comércio mais ou menos bem delineada, um lugar físico e simbolicamente vivenciado. É, em suma, um termo distintamente situado (...) No século XVI, o significado de "mercado" se multiplicou e se tornou mais abstrato [ao se referir] tanto ao ato de comprar e vender, independentemente do local, quanto ao preço (ou valor de troca) de bens e serviços (...) Como questão de uso, o processo de troca de mercadorias ultrapassou os próprios limites que antes o definiam. No final do século XVIII, o termo "mercado" passou a significar (...) um fenômeno ilimitado e atemporal [equivalente] a uma inversão etimológica de contentor (mercado presencial) e contido (processo de mercado). (Agnew 1979: 109, 110)

Por sua vez, Fernand Braudel equipara a disseminação dos mercados aos processos contínuos de integração interurbana, ambos intimamente ligados: "Nenhuma cidade existe sem o seu mercado, e não pode haver mercados regionais ou nacionais sem cidades", e argumenta que a urbanização serve posteriormente como um motor que "generaliza o mercado em um fenômeno amplo" (Braudel 1981: 479, ênfase original; ver também Schoenberger, 2020). Braudel posicionou os mercados de uma forma particular, como uma zona de integração e integração, mas não como uma extensão epifenomenal de um desejo primordial de intercambiar, nem como o "lar" natural do capitalismo per se. Depois dos primeiros mercados presenciais (corpo a corpo), surgiu uma rede cada vez mais extensa e interdependente de mercados regionais, nacionais e internacionais, que ele interpretou como sendo o "terreno preferido da economia de mercado, [marcado por] um grau de coordenação automática [entre] oferta, demanda e preços", sendo que essa arena transacional está comprimida entre "o estrato mais baixo da não-economia, o solo no qual o capitalismo lança suas raízes, mas no qual nunca pode realmente penetrar" e a abrangente "zona do antimercado, onde os grandes predadores vagam e a lei da selva se impõe. Esse (...) é o verdadeiro lar do capitalismo" (Braudel 1982: 229-30, ênfase adicionada; Wallerstein 1991).

Processos semelhantes de invasão e sucessão também foram identificados por Polanyi, para quem os mercados foram encontrados (sempre entre outros modos de coordenação econômica) em uma série de ambientes institucionais e sociais, alcançando o domínio somente em alguns. Os mercados são "enraizados", conforme a sua metáfora postumamente famosa (embora ontologicamente ambígua). Polanyi refutou, por ser historicamente falsa, a afirmação de que os mercados surgiram primeiro, como se fossem a ordem emergente de uma economia original, e também rejeitou a presunção teleológica de que a forma de mercado representa o estágio final da modernização econômica – na verdade, do progresso social. Além disso, Polanyi se recusou a aceitar a ideia de que o mercado – na forma do mecanismo de oferta-demanda-preço – fosse ou pudesse ser coextensivo com a economia na sua totalidade e ilustrou a maneira como, na Grã-Bretanha do século XIX, essa "engenhoca institucional" chegou a assumir o status de um princípio social dominante; no processo, "uma instituição comparativamente moderna de estrutura específica, que não é fácil nem de estabelecer, nem de manter", chegou a "envolver a sociedade" (Polanyi 1977b: 9, 6). No entanto, o advento da sociedade de mercado não proporcionou nada como

ISSN 2237-549X

equilíbrio competitivo e estabilidade social, desencadeando, em vez disso, a dinâmica da mercadorização [marketization] indisciplinada e do recuo socio-regulatório, o chamado "movimento duplo" (ver Lacher 1999; Cangiani 2011). Para Polanyi, não apenas a criação de mercados era um projeto político, mas também as reações – tanto progressivas quanto regressivas – aos excessos rotineiramente gerados pela mercadorização.

Nos séculos que se seguiram ao surgimento das cidades mercantis na Europa pré-moderna, a ideia de mercado se tornou cada vez mais abstrata, idealizada e "desenraizada"; de acordo com essa perspectiva, os mercados passaram a ser comumente (mal) compreendidos como modos praticamente universais e onipresentes de organização socioeconômica – na verdade, praticamente sinônimos da própria "economia". Como Milton Friedman explicou certa vez, durante uma turnê de palestras na China na década de 1980:

> O mercado não é uma vaca a ser ordenhada, tampouco é um remédio milagroso e infalível para todos os males. Em termos práticos, o mercado é simplesmente uma reunião de pessoas em um determinado local e horário para fazer negócios entre si. Não é preciso dizer que, atualmente, "reunião" e "local" são eufemismos; eles não envolvem um encontro físico. Atualmente, há um mercado de câmbio que abrange o mundo todo. As pessoas se reúnem por meio de satélites, telefones, etc. (Friedman 1990: 81).

Friedman poderia ter continuado dizendo que o mercado também é uma construção ideológica. O "poder do mercado", como ele tendia a chamá-lo, seria mobilizado com efeitos sociais e institucionais de longo alcance no projeto ideacional e (posteriormente) estatal da neoliberalização. Acreditando que a loucura do século XIX do laissez-faire jamais se repetiria, Polanyi não previu o retorno do credo liberal no final do século XX (ver Peck 2008). Como uma fase conjunturalmente específica e contextualmente enraizada da mercantilização, a época da neoliberalização foi marcada pela extensão institucional e pelo arraigamento ideológico das regras de mercado, bem como precisamente pela ocorrência dos tipos de contradições recorrentes, externalidades destrutivas, transbordamentos e limites que Polanyi teria previsto. Tornou-se lugar-comum afirmar que o mercado rápido como um raio, totalmente integrado e culturalmente onipresente representa a própria essência do capitalismo "globalizado" dos dias de hoje, para o bem ou para o mal, seu imaginário político associado à eficiência e à justiça para alguns, à insegurança e à desigualdade para outros.

Mas, com os mercados (mais uma vez) aparentemente em toda parte, torna-se ainda mais difícil situá-los e posicioná-los. Um arco histórico extenso pode ser traçado, pelo menos esquematicamente, como um arco que começou com os mercados como exceções locais relativamente isoladas e locais de exceção, como lugares reservados para atos regulamentados de troca, seguidos por séculos de mercadorização pulsante, contraditória e muitas vezes desordenada. Nunca predeterminado, o momento contemporâneo de neoliberalização generalizada e promíscua pode ser visto como aquele em que os mercados (juntamente com disciplinas competitivas, culturas individualistas e instrumentalistas, valores empresariais e assim por diante) passaram a definir as regras predominantes do jogo, contra as quais as alternativas devem ser imaginadas, posicionadas, avançadas ou defendidas. De forma um tanto paradoxal, nessa nova era do mercado, a teorização dos mercados (reais) tem sido irregular, parcial e truncada – na melhor das hipóteses. É como se o mercado, tendo se tornado praticamente onipresente, tivesse de alguma forma se perdido.

Até mesmo Polanyi, que era indiscutivelmente muito mais atento às questões da especificidade e dos limites dos mercados do que muitos de seus contemporâneos, acabou perdendo um pouco de seu controle (analítico) sobre o mercado, nunca chegando a aplicar sua metodologia institucionalista e "substantivista" para questionar a diversidade dos mercados modernos, e até recorrerendo (de forma pouco usual) à economia neoclássica nesse aspecto, como se o modelo ortodoxo pudesse funcionar nesse terreno, mas não em outros (ver Lie 1991; Halperin 1994; Krippner 2001; Peck 2005a, 2013b). Não importa sua acusação contundente às ideologias de mercado e o potencial de sua noção disruptiva de enraizamento; para Polanyi, "os mercados [foram, em última instância,] reduzidos a um não-espaço elusivo no qual os sinais de preço equilibram a oferta e a demanda" (Gemici 2015: 126). Dito isso, talvez faça mais sentido considerar o projeto de Polanyi como programaticamente incompleto em vez de analiticamente insuficiente. Ainda há trabalho a ser feito no espírito polanyiano, no que deveria ser um programa em constante evolução, em vez de uma estrutura fixa. Especificamente, as injunções metodológicas e éticas de Polanyi contra a teorização (etno)centrada fornecem uma justificativa não apenas para "dissociar as análises da teoria especial de nossa própria economia" (Bohannan e Dalton 1965: 1509), como ao investigar economias antigas ou supostamente "subdesenvolvidas", ou para interpretar novas (re)combinações, como o modelo chinês; pode-se dizer também que elas lançaram as bases para a provincialização e, talvez, para a aposentadoria dessa própria "teoria especial".

ISSN 2237-549X

Há dois séculos ou mais, a teoria especial, sendo a economia ortodoxa, tem sido coproduzida conjuntamente com uma ideologia de mercado cada vez mais difundida – cujas ramificações são evidentes na experiência cotidiana, bem como nos corredores do poder, sem mencionar os mundos da ciência (social). Nós "conhecemos" os mercados, talvez até bem demais, mesmo quando temos dificuldade em situá-los e posicioná-los. "O" mercado passou a assumir o status de uma abstração exclusivamente nebulosa e sem fronteiras, praticamente desvinculada de lugares ou situações concretas – onipresente, multifacetada, inerentemente ingovernável. Observar que esse entendimento tem raízes profundas seria um eufemismo; há muito tempo ele é constitutivo tanto da ideologia liberal quanto da economia ortodoxa, cuja fatídica conjuntura inicial foi marcada pela conhecida observação de Augustin Cournot de 1838:

> Sabemos que os economistas entendem o termo mercado não como um local específico onde são realizadas vendas e compras, mas como um território inteiro no qual as partes estão em uma relação tão livre umas com as outras, que os preços são nivelados com facilidade e rapidez (Cournot, citado em Callon & Muniesa 2005: 1239-40).

A ciência moderna da economia neoclássica foi subsequentemente baseada na centralidade normativa do mercado (e nas noções de comportamento racional que o acompanham), permitindo um tipo único de formalismo desprendido, praticado dentro de parâmetros rigorosos. Aqui, os axiomas venerados da "ordem" do mercado – que não são apenas normalizados, mas naturalizados, celebrados por sua eficiência e racionalidade e frequentemente omitidos tanto em termos legais quanto em termos de costumes populares – são geralmente envoltos em suposições centrais grosseiramente simplificadas, mas, ao mesmo tempo, rígidas. Curiosamente, para uma ciência econômica ortodoxa, o próprio mercado é retratado de forma bastante oblíqua ou metafórica, como histórias de faz de conta sobre encontros entre comerciantes pré-modernos em algum Jardim do Éden ou transações fictícias na ilha deserta de Robinson Crusoé (ver Coase 1992; Grapard 1995; Watson 2011). Em vez de examinar ou questionar os mercados, há uma tendência de simplesmente acreditar neles.

"É um fato peculiar", observou Douglass North (1977: 710), "que a literatura sobre economia e história econômica envolva uma discussão tão pequena sobre a instituição

central que sustenta a economia neoclássica – o mercado". Da mesma forma, Ronald Coase (1988) descobriria, também para sua surpresa, que discussões sérias sobre mercados, na disciplina que pretende estudá-los (para não dizer promovê-los) como seu domínio predominante de análise, eram excepcionalmente raras, truncadas e obscuras. O sociólogo da ciência Bernard Barber (1977: 18) escreveu: "A história do pensamento econômico mostra uma quantidade surpreendentemente pequena de atenção à ideia [do mercado]". Nesse contexto, é radicalmente insuficiente dizer apenas que o mercado é um dado adquirido no pensamento ortodoxo. O que Barber caracteriza como um compromisso "absolutista" com os mercados deve ser conjugado a uma incúria estudada, se não uma indiferença, o que o caracteriza como um artigo de fé, um dogma. E mesmo aqueles que, na área, cortejam a controvérsia ao dar o passo ainda incomum de nomear esse "fundamentalismo de mercado", como Suresh Naidu, Dani Rodrik e Gabriel Zucman (2019), parecem hesitantes quanto aos próximos passos, mal se aventurando além de sua diluição ou contenção institucional cautelosa.

Mercados radiantes

É legítimo concluir que, apesar da deferência ao ideal de mercado na economia ortodoxa, as propriedades e o funcionamento reais dos mercados recebem pouquíssimo escrutínio nos anais da ciência sombria, muito menos escrutínio crítico ou elaboração reflexiva. John Lie (1997: 342) observou que "o mercado não recebe praticamente nenhuma discussão extensa em trabalhos de teoria ou história econômica" (ver também Coriat e Weinstein 2005). Embora exista um "sol" de livre mercado no centro do universo imaginado pela economia ortodoxa, parece que ele não pode ser observado diretamente – ou será porque brilha tão intensamente? Há mais do que um pouco de ironia no fato de que o modelo ortodoxo mantém um grau de proteção epistemológica e ontológica, sobretudo porque o próprio mercado permanece fora de alcance (se não for reprovado). Enquanto isso, o conjunto indisciplinado de variações e alternativas ao mercado imaculado tende a ser banido para as sombras – empiricamente confuso e muito pouco definitivo (ver Peck, Berndt e Rantisi, 2020). Ainda mais irônico é que essa abstração evasiva deve ser apresentada como medida universal para julgar todas as economias, sejam elas orientadas para o mercado ou não. A postura aparentemente permanente pró-mercado da economia, que, na prática, mistura o normativo com o supostamente neutro, é, em alguns aspectos, mais visível na

ISSN 2237-549X

dissidência do que na defesa (ou no estado normalizado de reprodução implícita). A amplamente discutida (auto) crítica de Naidu, Rodrik e Zucman ao fundamentalismo de mercado, por exemplo, mesmo que não seja rígida na superfície, continua a se submeter aos "princípios de ordem superior" de incentivos baseados no mercado, direitos claros de propriedade e aplicação de contratos, estabilidade macroeconômica e regulamentação "prudencial", até mesmo reconhecendo um certo "orgulho" pela compreensão privilegiada e especializada da disciplina sobre como os mercados realmente funcionam, antes de divulgar seu endosso bastante tímido à experimentação institucional (Naidu, Rodrik & Zucman 2019: 7, 4).

Ver o mundo apenas, ou até mesmo principalmente, pelas lentes do mercado (ou das corrupções deste mercado que, de outra forma, seria perfeito) não é apenas distorcido; ele tem o efeito de diminuir radicalmente qualquer compreensão acerca da diversidade realmente existente – na verdade, da riqueza – da vida econômica. O resultado é uma visão de mundo excessivamente descolorida, desprovida de conteúdo social e praticamente inexpressiva em termos institucionais. "A paisagem social da abordagem econômica [dos mercados] é como um deserto", comenta Lie (1997, p. 344), o olhar distante da teoria ortodoxa raramente sanciona qualquer "preocupação com as vilas e cidades reais", nem mesmo com as circunstâncias situadas das economias nacionais, cujo caráter particular e respectivas (in)eficiências são avaliados como se o livre mercado representasse uma natureza intocada, definitiva e original (ver Chang 2002). Apesar de sua imprecisão geohistórica, a história que começa com "No início havia mercados" sempre foi contada como se falasse sobre alguma verdade superior – eterna, universal e, em última análise, efetivamente extraterrestre. Assim, quando Milton Friedman tentou explicar a lógica da coordenação do mercado em Capitalismo e Liberdade, seu hino à magia do mercado, a referência escolhida por ele não foi qualquer tipo de circunstância realmente existente, mas sim uma representação altamente estilizada de um sistema de permuta primitivo, uma "economia de troca simples que não [continha] empresas ou dinheiro" (Friedman 1962: 14). Aqui, o mercado é equiparado a um espaço elementar de liberdade (e troca voluntária), qualquer desvio do qual certamente levaria apenas a uma direção, inexoravelmente, para o caminho do desempenho abaixo do ideal, se não o da servidão:

> Basicamente, há apenas duas maneiras de coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas. Uma é a direção centralizada que envolve o uso da coerção –

> a técnica do exército e do estado totalitário moderno. A outra é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado presencial (...) [A última baseia-se na proposição] de que ambas as partes de uma transação econômica se beneficiam dela, *desde que a transação seja bilateral, voluntária e informada*. A troca pode, portanto, gerar coordenação sem coerção. Um modelo funcional de sociedade organizada por meio de trocas voluntárias *é uma economia de trocas de empresas privadas livres* [ou] o que temos chamado de capitalismo competitivo. (Friedman 1962: 13, ênfase original)

Nessa formulação maniqueísta, há apenas duas opções, sempre tão nitidamente opostas. Apresentada nesses termos, a escolha não é difícil: comando e controle ou a fonte da liberdade humana?

Quando, em 1992, Ronald Coase recebeu o prêmio Nobel de economia, ele aproveitou a ocasião para reiterar sua preocupação sobre como esse tipo de recurso aos contos folclóricos pré-modernos da economia de troca, juntamente com a confiança nas provas do "quadro-negro", havia impedido seriamente a compreensão sobre as economias do mundo real por parte de sua disciplina, uma vez que "o que é estudado é um sistema que vive nas mentes dos economistas, mas não na terra", um sistema totalmente imaginado no qual até mesmo fenômenos fundamentais como "a empresa e o mercado [podem] aparecer no nome, mas (...) carecem de qualquer substância" (Coase 1992: 714). Não foi uma coincidência histórica o fato de Coase estar falando em uma época em que grande parte da Europa Central e Oriental estava no meio de uma "transição" caótica de um passado de planejamento central para um futuro de mercado capitalista, cuja "conclusão" acelerada seria alcançada por meio de um "tratamento de choque" (ver também Paton e Cahill, 2020).

> Esses países ex-comunistas são aconselhados a migrar para uma economia de mercado, e seus líderes desejam fazê-lo, mas sem as instituições apropriadas, nenhuma economia de mercado significativa é possível. Se soubéssemos mais sobre nossa própria economia, estaríamos em uma posição melhor para aconselhá-los (...) [O que] ficou muito claro com o que está acontecendo no Leste Europeu [é que] certamente já se foi o tempo em que os economistas podiam analisar detalhadamente duas pessoas trocando nozes na beira de uma floresta e achar que sua análise do processo de troca estava completa. (Coase 1992: 714, 718)

O que para Coase pareceu intrigante, para não dizer alarmante, uma vez que a disciplina foi aparentemente construída em torno da santificação do mercado e da formalização científica de sua racionalidade supostamente singular, foi a evidência convincente de todo o campo de uma "negligência do mercado [e] mais especificamente dos arranjos institucionais que governam o processo de troca" (Coase 1992: 714, grifos nossos;

ISSN 2237-549X

ver também Coase 1988), cujas consequências incluíam não apenas alguns conselhos sobre políticas profundamente questionáveis, mas uma "teoria muito incompleta" dos arranjos de mercado realmente existentes. No entanto, nesse momento histórico importante, a concepção ortodoxa era de que as chamadas economias em transição estavam todas caminhando na mesma direção, afastando-se do totalitarismo estatal e indo em direção à liberdade, com as questões pertinentes reduzidas ao tamanho do "choque" inicial e à velocidade da jornada subsequente (ver Neuber 1993; Offe 1996). Aparentemente, quase todo o resto dependia da fé.

Há um vácuo perverso no centro da ortodoxia baseada na fé: o próprio mercado é seu "núcleo oco" (Lie 1997: 342). Aqui o mercado é invocado como uma abstração idealizada, havendo uma "notável falta de discussão (...) sobre o funcionamento dos mercados reais" (Block 1991: 86, grifo nosso). Na prática, é muito mais comum "relaxar" do que questionar as suposições sagradas do modelo ortodoxo, incluindo conhecimento perfeito, poder não concentrado, participação voluntária, instrumentalismo racional e assim por diante. Embora programas de pesquisa bastante elaborados tenham sido desenvolvidos em torno de vários tipos de "falhas de mercado" (como a economia da informação incompleta, bens públicos, externalidades negativas e poder de monopólio), esses projetos autolimitados continuam a aderir ao que Ha-Joon Chang (2002: 546) chama de "pressuposto da primazia do mercado", demarcando zonas limitadas para formas permissíveis de intervenção estatal de uma maneira sancionada por desvios (ou "falhas") de um modelo da economia de mercado que, de outra forma, seria presumivelmente funcional e independente. Segundo as regras ortodoxas, até mesmo tratamentos tecnicamente sofisticados de mercados menos que perfeitos tendem a reproduzir uma presunção normativa em favor de um mercado minimamente regulado, fortalecido por um ceticismo permanente em relação às prováveis consequências negativas da maioria das formas de intervenção (ou "interferência") estatal. Além disso, isso se reflete em um tratamento relativamente indulgente das falhas de mercado, associado a uma compreensão implacável (se não ativamente prejudicial) do que é visto como riscos endêmicos – e, na verdade, crônicos – de falha do Estado. Nem em princípio e nem na prática, aparentemente, a epistemologia econômica ortodoxa fornece uma base adequada para compreender a gama e a variedade de arranjos de mercado realmente existentes, ou a variedade qualitativamente diferenciada de configurações de Estado/mercado – ou, por falar nisso, os processos complexos e sempre institucionalmente mediados de criação de mercado, regulamentação de mercado, e mercadorização. Por outro lado, a desconcertante combinação

de exagero e subespecificação proporciona, com frequência, o acesso àqueles que, de outra forma, não estariam inclinados a levar a sério o estudo de mercados (reais), além da confiança nas provas do quadro negro, fábulas homiléticas e experimentos estritamente controlados.

Essa pode ser uma cultura disciplinar austera e monista, geralmente intolerante a teorias e métodos alternativos (ver Strassmann 1994; Dow 2000; Colander, Holt & Rosser 2004; Fourcade, Ollion & Algan 2015; cf. Barnes & Sheppard 2010), mas não está totalmente livre de contestações, é claro. Há aqueles, como o economista institucional Richard Nelson, que confessam que "ninguém realmente acredita que o modelo neoclássico seja uma representação aproximada de como uma economia de mercado realmente funciona" (Nelson 2012: 281), mesmo defendendo a ideia de que as economias capitalistas são, tanto em um sentido organizacional quanto ideológico, economias de mercado; que os mercados podem ser fontes produtivas de dinamismo adaptativo e disciplina corretiva; e que várias formas de governança de mercado podem ser meios eficazes para atender a algumas, mas não a todas, as necessidades.

Escrevendo no auge da contrarrevolução neoliberal – a qual foi obviamente, um projeto político e não a ordem natural das coisas (ver Peck 2010) – North argumenta que há muito tempo a profissão de economista deveria ter admitido os pontos polanyianos, amplamente confirmados por evidências históricas, de que "as ferramentas do economista não eram apenas irrelevantes para a compreensão do mundo antigo [mas] eram cada vez menos úteis para explicar as economias em evolução do século XX também" (North 1977: 706). Polanyi havia historicizado a "teoria especial" do mercado por meio de sua análise do laissez-faire do século XIX e da economia política do padrão-ouro, e North concorda que as economias em modernização do período após a Segunda Guerra Mundial estavam se afastando, em vez de se aproximarem, da governança do livre mercado. Todavia, o desafio de North não foi ouvido. Nesse contexto (histórico), o posterior ressurgimento do credo do mercado a partir do final da década de 1970 pode ter dado à economia neoclássica uma espécie de passe, ou uma desculpa para voltar ao tipo sem remorsos. Olhando (para trás) do outro lado do longo arco da neoliberalização, a concessão de uma parte e a confissão de outra apresentada por Naidu, Rodrik e Zucman (2019) em seu manifesto em prol da prosperidade inclusiva podem ocasionar uma recepção morna, mas dificilmente uma comemoração desenfreada. O manifesto deles é essencialmente um argumento polanyiano para melhoria

institucional e um argumento para ressuscitar um acordo como o de Bretton Woods, em vez de uma acusação básica – ou uma alternativa completa – ao fundamentalismo de mercado.

Por sua vez, Nelson (2012: 279, 281) permanece confortável com a alegação de que "um viés capitalista em favor da simples organização mercantil da atividade econômica é, no geral, uma vantagem", embora reconheça que os modos de governança do mercado estão "longe de serem onipresentes e raramente [são] empregados na forma pura". É a partir dessa posição que Nelson faz uma defesa contracultural do conceito geralmente mal-amado e muitas vezes ridicularizado de "economia mista", não como uma versão corrompida do modelo puro, mas como uma forma variegada do mundo real, observando que a "estrutura real das economias capitalistas modernas é muito mais complexa e interessante do que a imagem ideológica do capitalismo [de livre mercado]", exibindo um espectro de modos (generativos) de governança. Ao ecoar o apelo de North para que se atenda ao "desafio de Polanyi", isso significa não apenas confrontar a diversidade indisciplinada dos arranjos econômicos do mundo real, mas, fundamentalmente, reconhecer e lidar com a coexistência constitutiva dos sistemas de mercado e com outras formas de troca instituída e de organização social.

> A economia moderna adornou o argumento de Adam Smith a favor dos mercados por meio de um argumento teórico formal segundo o qual, mediante certas suposições sobre o comportamento dos agentes econômicos e certas condições contextuais, a organização do mercado produz resultados econômicos ótimos em algum sentido. [Isso] não é muito útil para orientar o pensamento sobre como a organização de mercado realmente funciona ou para esclarecer em que situações a organização de mercado seria um modo desejável de governança econômica e em que situações não seria. [Por um lado], não há quem realmente acredite que o modelo neoclássico seja uma aproximação do funcionamento real de uma economia de mercado. Por outro lado, as economias de mercado reais são muito mais ricas institucionalmente do que o modelo simples (...) [Na verdade], se a atividade econômica governada pelo mercado gera um comportamento econômico e resultados desejáveis, *isso depende claramente do contexto. (Nelson,* 2012: 281-2, grifos nossos).

O "contexto" ao qual Nelson se refere aqui é aquele definido por diferentes produtos ou serviços – gasolina, legumes, assistência médica, moradia, serviços policiais, produtos farmacêuticos ou notícias de televisão, por exemplo – mas um argumento paralelo pode ser construído para a ampla gama de contextos geográficos, culturais ou institucionais nos quais os mercados funcionam. Nelson é pragmaticamente cético em relação ao modelo formal do mercado como um padrão de avaliação do desempenho daqueles realmente existentes,

ISSN 2237-549X

sugerindo que a investigação dos sistemas de governança de mercado do mundo real deve depender, na prática, de uma associação entre "comparações empíricas bastante grosseiras e esforços sensatos, ainda que um tanto ad hoc, de teorização", e questionando o valor das teorias sobre falhas de mercado formuladas apenas em termos de "condições contextuais que perturbam um resultado [supostamente ótimo]" (Nelson 2012: 282, 285, grifo nosso). Uma vez que nenhum mercado pode funcionar "fora do contexto", é preciso levantar sérias questões sobre continuar a teorizar a partir do centro empiricamente evasivo que é a economia de trocas abstratas.

Esse centro ausente só se sustenta se as condições de "isomorfismo profundo" puderem ser demonstradas como predominantes por meio da evidente "diversidade fenomenológica dos mercados – desde o mercado medieval até o moderno mercado sem lugar" (Lie 1997: 342), e se a diversidade existente de arranjos de mercado puder ser considerada como variação de segunda ordem ou ruído eventual. No entanto, não houve quase nenhum esforço sério para abordar essa questão – de como os mercados do mundo real podem ser conectados e constituídos na diferença, ou de como levar a sério os mercados e a diversidade do mercado sem recorrer ao critério ortodoxo, com suas presunções sobre a singularidade e a superioridade do mercado. Em outras palavras, até que ponto é possível evitar as armadilhas do essencialismo, do reducionismo e do universalismo do mercado e, ao mesmo tempo, envolver-se diretamente com os mercados e a espacialidade dos mercados como objetos de investigação crítica?

Aqui é necessário reconhecer a estranha assimetria de apresentação e exposição que existe entre a elegância imaculada e a pureza econômica do "livre" mercado, concebido como abstração hipotética, e o conjunto heterogêneo de mercados sociologicamente complexos, institucionalmente mediados e contingencialmente implementados no mundo real. O problema é agravado pelo fato de que, ao contar suas histórias de mercados que se comportam mal, ou pelo menos de forma "diferente", os analistas heterodoxos dificilmente evitam em recorrer ao modelo ortodoxo, como uma alavanca retórica ou um contraste – levantando a possibilidade preocupante de que eles podem ser incapazes de viver com ou sem essa formulação autoritária. No entanto, para "encontrar" mercados reais, é preciso escapar de alguma forma da abstração onipresente do modelo de livre mercado. Entretanto, escapar dessa "armadilha do mercado" não tem sido fácil – para dizer o mínimo.

Como resultado, a abstração ortodoxa do mercado perfeito tende a lançar uma sombra muito extensa, uma vez que, na prática, parece que as teorias heterodoxas não podem deixar de lutar contra entendimentos (errôneos) e representações (errôneas) arraigados ao mercado (ideal), contra os quais suas reivindicações são frequentemente baseadas e apresentadas (ver Peck, Berndt e Rantisi, 2020). É uma prática bastante comum que os mercados realmente existentes sejam comparados com o "padrão" que é o modelo ortodoxo, mesmo que seja apenas em contraste retórico, recorrendo à questionável ideia de "graus de mercado", geralmente em mercados à vista de curto prazo e relativamente anônimos em uma extremidade desse espectro duvidoso e regimes mais bem hierarquizados, orientados por redes, socializados e institucionalizados na outra (consulte Block 1991: 89; cf. Krippner 2001; Jackson 2007; Krippner 2007; Krippner 2007; Krippner 2001; Jackson 2007; Portes 2010). Esse hábito de estabelecer a realidade social como um contraponto ao mercado idealizado é recorrente e aparentemente arraigado em estudos econômicos heterodoxos e mais ortodoxos, com alguma versão do mercado impossivelmente perfeito e seu outro mundano sendo invocado à moda dos antípodas (consulte Kocka 2016). A literatura sobre as variedades do capitalismo, que projeta o mercado livre no capitalismo americano enquanto lê outro aparentemente "mais social" nesse espelho, é apenas uma ilustração desse transtorno bipolar (ver Peck e Theodore, 2007).

A manutenção da abstração ruim do mercado idealizado – mesmo à distância, como a criação de um contraponto para "o" mercado – significa que os mercados antissociais e aparentemente menos regulados estão mais uma vez sendo contrastados com os mercados (mais) regulados, com a pureza hipotética permanecendo como o modelo em relação ao qual as condições básicas, as intervenções terrenas e outras "distorções" estão sendo julgadas. Também em termos polanyianos, o mercado enraizado encontra seu oposto no mercado desenraizado, cuja terminologia conceitual pouco contribuiu para dissipar a confusão (ver Barber 1977; Lie 1991; Krippner et al. 2004; Peck 2013a). Em outras palavras, a convivência com o modelo ortodoxo tem um custo considerável, mesmo quando ele é interpretado de forma crítica. Os analistas heterodoxos contarão histórias descritivamente mais diversificadas e institucionalmente mais complexas sobre os mercados realmente existentes, posicionados bem longe do "sol" no centro do universo ortodoxo, mas muitas vezes permanecem presos nesse mesmo campo gravitacional. É necessário livrar-se da ideia debilitante de que algumas economias são mais livres (ou menos socialmente enraizadas) do

que outras, e que o "conteúdo" socioinstitucional das relações econômicas pode, de alguma forma, ser extraído, para depois ser pesado de acordo com uma escala unidimensional de im/perfeição do mercado. Essas formulações não apenas continuam a orbitar, analiticamente, em torno do mesmo centro hipotético, como também reciclam os efeitos (não intencionais) de posicionar os outros ostensivamente "mais sociais" do mercado no lado escuro de todos os outros planetas, nas sombras, como alternativas subalternas e confusas ao modelo radiante de pureza competitiva.

Mapeando mercados

Em vez de posicionar os mercados realmente existentes em uma relação orbital com o "sol" do livre mercado, que ilumina apenas o lado do comportamento socioeconômico que está em consonância com as expectativas de racionalidade competitiva, ou recorrer à manobra comum de organizá-los de acordo com um continuum de pureza declinante ou de grau de mercado [marketness], é necessário insistir em uma questão mais fundamental: até que ponto, e com a ajuda de quais coordenadas analíticas, seria possível construir mapas alternativos do mundo dos mercados reais, posicionados em relação ao universo mais amplo (e talvez ainda em expansão) da diferença econômica? Polanyi ajudará possivelmente a fornecer algumas orientações iniciais nesse ponto, já que seu projeto se esforçava em posicionar os mercados dentro da "penumbra mais ampla das forças instituídas" (Harvey e Metcalfe 2010: 106). Entretanto, uma coisa é discordar da ótica unidimensional e do modelo de tamanho único que é a "forma de mercado das coisas" (Polanyi 1977b: XL), e outra bem diferente é lançar uma luz positiva sobre o terreno do mundo real da economia (de mercado) variegada. As alternativas heterodoxas estão fadadas a se conservarem insuficientes se não conseguirem ir além de uma reação ao modelo ortodoxo (ou de uma crítica a ele). Afinal, desmascarar as falácias teimosas e persistentes do mercado livre pode ser apenas um passo inicial, embora ainda necessário. Os próximos passos devem incluir o desenvolvimento de entendimentos heterodoxos "positivos" (e plurais) do mercado, sua espacialidade e suas coordenadas de diferenciação revelada, construídos em seus próprios termos. Aqui pode haver espaço para traçar um curso mais pragmático e exploratório, ao reconhecer, como Don Slater e Fran Tonkiss (2001: 3), que "o mercado não é nem tão ruim e nem tão bom como se afirma com frequência, porque é algo menos definido do que poderíamos pensar".

Embora a busca por alternativas mais heterodoxas e pluralistas ao modelo ortodoxo do livre mercado já esteja em andamento há algum tempo, o esforço continua radicalmente difuso e incompleto, embora, em muitos aspectos, seja compreensível e, talvez, adequado. Na prática, esses esforços de construção de teorias heterodoxas permanecem geralmente assombrados pelo modelo ortodoxo, mesmo quando defendem rotineiramente um exorcismo mais aprofundado. Suas descrições mais densas terão mais ressonância com as condições do mundo real, mas elas ainda precisam ser muito mais do que a soma de suas partes dispersas. Além disso, a mera demonstração da complexidade empiricamente confusa, contrabalançada negativamente pelo ideal abstrato do livre mercado, não estabelece um nível explicativo especialmente alto. Na ausência de alguma teorização alternativa sobre a variegação do mercado, é provável a permanência de um abismo intransponível entre essa onda de variedade descritiva e a força austera do monismo teórico.

> Para avançar nos trabalhos teóricos sobre mercados, a suposição do essencialismo do mercado deve ser descartada em favor da descrição e análise da diversidade empírica dos mercados realmente existentes. (Lie 1997: 354)

No entanto, demonstrar a raridade no mundo real das condições de mercado "clássicas" – como arenas de troca igualitária caracterizadas por transações relativamente anônimas e praticamente instantâneas, povoadas por atores racionais que possuem dotações semelhantes de informações relevantes e poder de barganha – não deve ser mais do que um ponto de partida, se tanto. O trabalho de provincialização e particularização, e de trazer à terra essa construção extraterrestre, também deve levar em conta as (pré)condições culturais, legais e institucionais até mesmo para o mercado mais "desregulamentado" e livre, trazendo para o campo do visível "todo o pano de fundo dos arranjos sociais que a economia nem sequer começa a sugerir" em seu modo de análise caracteristicamente circular e essencialista, no qual o modelo de mercado unitário é convocado como um modelo universal para "explicar diferentes instâncias de troca de mercado" (Fligstein e Dauter 2007: 113; Lie 1997: 343).

Um contraprojeto ao essencialismo ortodoxo do mercado – e uma alternativa, talvez, às críticas que buscam se afastar do mercado singular e universal, ao mesmo tempo, em que mantêm esse ponto de referência debilitante – seria mapear os mercados, pelo menos em um sentido metafórico, como instituições reais e variegadas com propriedades compartilhadas, de acordo com um conjunto de coordenadas bastante diferente. Lido por seu potencial

ISSN 2237-549X

metodológico e como uma estrutura explicativa ainda em evolução, o trabalho de Polanyi pode continuar a ser uma inspiração aqui. Isso não precisa ser inibido pelos aspectos de seu projeto inevitavelmente incompleto que podem ser considerados mal formulados ou inconsistentes; em vez disso, é preciso recorrer a um Polanyi do século XXI, em vez de simplesmente confiar no do século XX (ver Cahill 2020; Desai & Polanyi, no prelo). A despeito do poder polêmico de sua crítica à ideologia do mercado e da trilha não totalmente percorrida com a noção de mercado "sempre instituído" (Block 2003; Harvey & Randles 2010; Ebner 2015), o próprio programa de Polanyi de investigação substantivista sobre o funcionamento dos mercados deveria permanecer truncado. Sua invocação metafórica do mercado "desenraizado", por exemplo, encontrou uma sobrevida como um "tipo ideal exagerado" (Hann e Hart, 2011: 9), envolvido no hábito recorrente de contrastar mercados aparentemente "mais" enraizados em vez de afirmar que o enraizamento, em todo lugar e para sempre, é uma condição (necessariamente) constitutiva encontrada adequadamente em termos qualitativos. O conceito igualmente sugestivo de Polanyi sobre o "duplo movimento" também foi (mal) interpretado como um tipo de mecanismo pendular ou oscilante, pois continua carregado com a sugestão de um "modelo de ação-reação" (Smith 2013: 1657), no qual o mercado se move (primeiro) e depois a sociedade responde com autoproteção. No entanto, quando analisado sob outra perspectiva, o movimento duplo pode ser visto como um indicador de dinâmicas desequilibrantes e processos dialéticos, e de geografias históricas que não se repetem, criadas simultaneamente pela mercadorização contínua, com todas as suas contradições, crises e limitações (ver Gemici 2008; Cangiani 2011).

É preciso reconhecer que a "economia política de contrastes" (Dalton, 1965), que foi o projeto de Polanyi no pós-guerra, ficou um pouco aquém de realizar, na prática, uma crítica minuciosa da economia de mercado moderna realmente existente, situada no contexto do desenvolvimento desigual do sistema mundial e posicionada entre suas outras constituintes conjuntas, mesmo quando estabeleceu o argumento e a causa para as mesmas investigações (ver Peck, 2013b). Não basta apenas apontar as limitações de mobilizar a "teoria especial" que é a economia neoclássica em economias antigas e ditas "primitivas", como fizeram os polanyianos do pós-guerra, sem também questionar seriamente a importância dessa teoria especial em ambientes capitalistas "avançados". Há problemas especiais com essa teoria que devem ser enfrentados sempre que ela for invocada. Além disso, as teorias alternativas de modos variados de troca (inclusive mercados) devem buscar, por concepção, acomodar e

ISSN 2237-549X

explicar as diferenças socioeconômicas, em vez de rebaixar as situações "menos" semelhantes às do mercado ao status de exceções exóticas ou arranjos de segunda categoria.

O programa interdisciplinar de "economia comparada", iniciado por Polanyi em sua passagem pela Universidade de Colúmbia na década de 1950, pretendia ampliar e povoar o espectro documentado da "comparação frutífera", como forma de construir vocabulários alternativos sobre a diversidade econômica e, ao mesmo tempo, enriquecer a imaginação econômica. As circunstâncias da vida e do trabalho do próprio Polanyi nunca foram realmente propícias para a realização dessa tarefa monumental, mas permanece um aspecto atraente de seu rico legado. Embora ele possa ter "descoberto o continente perdido" da economia socialmente enraizada, historicamente situada e geograficamente variegada, como Fred Block disse certa vez (citado em Krippner et al. 2004: 117), Polanyi não teve tempo para uma exploração abrangente. Apesar de fornecer alguns dos recursos metodológicos necessários para esse projeto, ele não conseguiu dedicar muita atenção ao estudo (comparativo) sobre a topografia da economia de mercado contemporânea.

Há um argumento convincente para retomar esse projeto exploratório, deixando de lado a bússola não confiável da economia de mercado idealizada. A interpretação aqui apresentada sugere uma proposta muito mais aberta e verdadeiramente exploratória para o mapeamento de mercados reais, entre modos alternativos de organização econômica. Claramente, isso precisa ir além de reiterar as objeções (bem conhecidas, embora muitas vezes não ouvidas) ao modelo de livre mercado ou, nesse caso, incrementar a extensa biblioteca de relatos sobre mercados fracassados ou com falhas, a fim de simplesmente substituir a ontologia singular e neoclássica do mercado por uma gama caleidoscópica de exceções teoricamente sem princípios. Uma meta mais ambiciosa seria fundamentar, sistematizar e estabilizar as afirmações heterodoxas sobre o funcionamento dos mercados reais, com ênfase em seus eixos primários de diferenciação socioeconômica e espacial, enquadrados em termos causais-constitutivos e não taxonômicos-descritivos (ver Slater e Tonkiss 2001; Aspers 2011; Spies-Butcher, Paton e Cahill 2012; Watson 2018; Jackson 2019).

Uma abordagem alternativa não precisa ser dogmática e programaticamente antimercado, mas precisaria reconhecer desde o início que os mercados reais surgem – e só podem surgir – em "muitas variantes", ao mesmo tempo, em que articula rigorosamente os princípios analíticos relevantes dessa variação e nunca perde de vista o tecido social do mercado, o "quadro de referência mais amplo ao qual o próprio mercado se refere" (Polanyi

1959: 182, 184). Uma maneira de responder a esse desafio é operacionalizar a abordagem substantivista de Polanyi para a análise de economias (instituídas), levando em conta sua variegação revelada, removida da correnteza criada pelo modelo ortodoxo e posicionada criticamente em relação às culturas e práticas de hegemonia do mercado. Enquanto o formalismo econômico ortodoxo imagina um mercado onipresente operando como se estivesse "em um vácuo de tempo e espaço", Rhoda Halperin (1994: 209) aponta que a "economia substantiva [deve estar] situada tanto no tempo quanto no lugar". Esse entendimento significa que as investigações teoricamente informadas sobre os mercados reais devem ser posicionadas em relação aos outros mercados, reconhecendo as similaridades entre as variedades do mercado, bem como as diferenças entre os regimes alternativos e a coexistência entre coordenação, integração e avaliação.

Considerados como movimentos nessa direção, os seguintes axiomas polanyianos são necessários, embora não sejam totalmente suficientes para essa tarefa. Primeiro, a economia de mercado (capitalista) representa um modo geograficamente específico e historicamente variável de organização econômica, e não universal – daí a necessidade de se questionar a equação falaciosa da "economia em geral com sua forma de mercado" (Polanyi 1977b: 6; Hann e Hart 2011). Em segundo lugar, embora possuam dinâmicas econômicas distintas e, em algum grau de autonomia operacional relativa, as economias de mercado não são autossuficientes nem autorreguladas; como produto de processos socialmente constituídos e institucionalmente mediados, elas dependem de condições sociorregulatórias de existência e coexistência (Polanyi 1957; Block 2001). Em terceiro lugar, a economia de mercado capitalista pode ser considerada inerentemente expansionista, pois se baseia em imperativos de crescimento e dinâmicas de colonização. E, desde o ponto de inflexão histórico que foi a Grande Transformação, ela também tem sido social e politicamente expansiva, com a forma consolidada e colonizadora da sociedade de mercado implicando "o funcionamento da sociedade como um complemento do mercado". As sociedades sujeitas a neoliberalizações variegadas, mas nunca totalmente convertidas a elas, podem ser entendidas nesses termos. Em quarto lugar, em vez de representar uma condição "avançada" ou um suposto equilíbrio, as sociedades de mercado são inerentemente (auto)destrutivas, provocando uma série de reações e contrarreações de duplo movimento que, "em última análise", são incompatíveis com o próprio mercado aparentemente autorregulável, instilando forças contraditórias no centro do que são processos profundamente arraigados de (neo)liberalização (Polanyi 2001 [1944]: 130; Burawoy 2003).

Se o reconhecimento desses princípios axiomáticos fornece uma justificativa essencial, mas, ao mesmo tempo, incompleta, para a análise crítica e substantivista dos mercados e da mercadorização, há pelo menos duas outras implicações. Em primeiro lugar, a formulação ortodoxa do mercado perfeito é um impedimento para a compreensão dos mercados reais, uma abstração ruim que está radicalmente em desacordo com suas diversas origens e suas tendências, ao mesmo tempo em que ofusca o reconhecimento adequado de sua variabilidade real, espacial e de outros tipos. Os mercados reais devem ser entendidos pari passu e ao lado de modos de organização econômica coexistentes e, muitas vezes, codependentes. Se toda economia do mundo real for uma economia híbrida ou "mista" de algum tipo, os hábitos de abstração unilateral podem ser parte do problema, e não, pelo menos isoladamente, parte da solução. Em vez disso, é necessário focar em palavras de ordem como "interseccionalidade", "(inter)mediação" e "combinação", como bases, talvez, para uma nova geração de conceitos de nível médio ligados a diferentes configurações de heterogeneidade econômica (real e imaginária).

Essa ontologia mais variada não precisa ser plana, entretanto. As economias podem ser múltiplas e heterogêneas, mas suas (inter)relações e interdependências muitas vezes serão situadas e dimensionadas de forma assimétrica e, portanto, devem ser questões de investigação substantiva, histórica e geograficamente situada. No contexto de um capitalismo neoliberal globalizado, marcado pela ampliação e pelo aprofundamento das relações competitivas, por exemplo, os regimes e as relações mercadológicas podem se sobrepor, impedir, impor e interferir em outros sistemas mais do que o contrário – condições de hegemonia objetiva do mercado que Bob Jessop (2000a) caracterizou em termos de "dominância ecológica".

> Essa interdependência assimétrica entre as ordens institucionais está enraizada na maior capacidade do capital de escapar das restrições e dos controles de outros sistemas. Isso pode ocorrer por meio de suas próprias operações internas no tempo (desconto, seguro, gerenciamento de risco, futuros) ou no espaço ([fuga] de capital, realocação, extraterritorialidade) ou por meio de tentativas de corromper, ou mercantilizar esses sistemas. [Essas condições são agravadas em situações em que um projeto hegemônico] (...) estabelece a acumulação como o princípio dominante da socialização. Isso pode ser visto por meio da crescente demanda de outras esferas da vida social, em escalas espaciais que vão do local ao continental, para aceitarem os "imperativos" da concorrência "estrutural" ou "sistêmica", ou seja, a concorrência que vai além dos critérios econômicos estreitos e inclui a reestruturação total de todas as organizações e instituições que possam influenciar a competitividade. (Jessop 2001: 220)

Em segundo lugar, a análise dos mercados realmente existentes não pode ser separada (ou abstraída) da problemática da governança, embora a necessidade de governança do mercado não (pré)determine sua forma institucional revelada (ver também Naidu, Rodrik & Zucman 2019; Paton e Cahill, 2020). As (re)definições institucionais ou baseadas em governança dos mercados realmente existentes podem ser caminhos a serem explorados aqui, não para documentar "exceções" locais à regra do mercado livre sem espaço ou "desvios" desse tipo ideal rebuscado, mas para fundamentar a afirmação plenária de que a economia de mercado instituída é, de fato, uma casa com muitos cômodos. A questão da estrutura causal (ou arquitetura) dessa casa é vital nesse contexto, se um projeto alternativo de construção de teoria quiser constituir uma alternativa genuína ao essencialismo do mercado.

Um ponto de partida para qualquer projeto desse tipo deve envolver uma definição alternativa de mercado, na condição de uma esfera internamente diferenciada, mas ainda assim distinta de relações de troca. Para isso, os mercados podem ser definidos com parcimônia: primeiro, como domínios governados por trocas reiteradas e regulamentadas, compreendidas em termos relacionais e não estritamente transacionais; segundo, como instituições sociais caracterizadas por padrões reconhecidos de conduta entre compradores, vendedores e intermediários; e, terceiro, como regimes regulatórios baseados no reconhecimento de direitos de propriedade legalmente sancionados, sistemas monetários e contratos (implícitos ou explícitos) (ver Boyer 1997; Fligstein e Dauter 2007; Aspers 2011; Chester 2016; Cahill 2020). Como não existe "nenhuma 'lei do mercado' singular ou universal, muito menos uma que surja espontaneamente por meio das interações de [compradores e vendedores]", segue-se que os mercados devem ser entendidos como instituições inerentemente variáveis e socialmente construídas, cujo posicionamento não pode deixar de ser uma questão de investigação histórica e geograficamente situada, e não de predeterminação teórica (Harvey 2010: 2). Para isso, abordagens adequadas à diversidade do mercado devem reconhecer não apenas sua variabilidade excepcional, mas também a sua natureza necessariamente regulada e sua forma relacionalmente constituída.

Conclusão: posicionando mercados

A construção de uma estrutura para a análise substantivista de mercados realmente existentes, por assim dizer, a partir do zero, está além do escopo deste capítulo, cujo objetivo

ISSN 2237-549X

mais limitado foi estabelecer um caso para esse tipo de análise, abordando alguns de seus pré-requisitos ontológicos. A mensagem central pode ser resumida da seguinte forma: o essencialismo e a centralidade do mercado representam problemas bastante persistentes, mesmo para os analistas que procuram trabalhar longe ou em torno dessas formulações ortodoxas (e que, portanto, enfrentam a "armadilha do mercado"), mas isso não precisa – e, na verdade, não deve – ser um impedimento para a pesquisa substantivista sobre as formas, formações e dinâmicas de mercado realmente existentes. Sugeriu-se que o programa de pesquisa (inacabado) de Polanyi pode ser uma inspiração para essa tarefa, ainda que não possa sempre ser considerado uma fonte para instruções mais específicas. Embora a geografia econômica de Polanyi fosse um tanto rudimentar, ainda há muito a ganhar com seu estilo interdisciplinar de economia comparativa e suas ideias sugestivas sobre a hibridização de economias realmente existentes (Peck 2013b).

Além dessas injunções polanyianas mais gerais, os argumentos aqui desenvolvidos sugerem três princípios norteadores para o estudo crítico e heterodoxo sobre a espacialidade do mercado. Primeiro, essas investigações devem ser relacionais, posicionando mercados variegados como fenômenos institucionalmente diversos, posicionados dentro de campos mais amplos de diversidade econômica, incluindo modos coexistentes e mutuamente constitutivos de troca, organização e regulamentação. Esse é um meio de aguçar e esclarecer as distinções (definicionais) entre os mercados instituídos e os demais, além da suposição ortodoxa de centralidade no mercado e do hábito heterodoxo de enfatizar (excessivamente) os contra polos singulares, ou antípodas, da forma de mercado. Em segundo lugar, essas pesquisas devem ser processuais, no sentido de que, em vez de procurar estabilizar os entendimentos de uma forma de mercado estática ou autocontida, elas podem explorar proveitosamente os processos contínuos de mercadorização (ver Berndt e Boeckler, 2020), juntamente com seus excessos, suas dinâmicas transformadoras e suas contradições em movimento. Os processos de mercantilização podem apresentar características recorrentes e semelhanças familiares, mas não há razão para acreditar que eles resultarão em geografias econômicas repetitivas ou, de fato, previsíveis – daí a importância constante de investigações empíricas orientadas teoricamente. E, em terceiro lugar, essas pesquisas devem ser institucionais, no sentido de que um papel importante é preservado para as investigações de suas formas instituídas e regularizadas – geografias da regulamentação do mercado, se preferir. Essa é uma licença para explorar a "aderência" geográfica a certas formas de mercado geograficamente enraizadas, que, segundo Tony Lawson (1997), podem ser

interpretadas como “demi-regularidades” localizadas, a partir das quais as reivindicações teóricas de nível médio e os fatos estilizados podem ser gerados, não como tipos ideais, ou reivindicações sobre equilíbrio, ou conjunção constante, mas como configurações institucionalmente estabilizadas.

Compreendido nesses termos, o programa de “pesquisa de mercado” sobre a diversidade e a forma variegada dos mercados realmente existentes está apenas começando (ver Rantisi, Berndt e Peck, 2020). Devidamente céticas em relação ao absolutismo do mercado, as pesquisas heterodoxas se afastaram, por razões compreensíveis, da análise dos mercados ou a contornaram, mas, ao fazê-lo, cederam demasiado território à economia ortodoxa e à sua “teoria especial”. Entretanto, a contestação desse território deve envolver muito mais do que negação ou denúncia. É preciso almejar um mapeamento sistemático e minucioso do ecossistema institucional diversificado dos mercados (reais), situado em relação aos terrenos sempre mais amplos das diferenças geoeconômicas. E isso exigirá a construção de um vocabulário conceitual alternativo, juntamente com o desenvolvimento de novos conceitos sobre a espacialidade dos mercados.

Referências

AGNEW, J.-C. The threshold of exchange: speculations on the market. *Radical History Review*, n. 21, p. 99–118, 1979.

ASPERS, P. *Markets*. Cambridge: Polity Press, 2011.

BARBER, B. The absolutization of the market: some notes on how we got from there to here. *In*: DWORKIN, G.; BERMANT, G.; BROWN, P. (org.). *Markets and morals*. Washington, DC: Hemisphere, 1977. p. 15–31.

BARNES, T.; SHEPPARD, E. “Nothing includes everything”: towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 2, p. 193–214, 2010.

BERNDT, C.; BOECKLER, M. Geographies of marketization: performation struggles, incomplete commodification and the “problem of labour”. *In*: BERNDT, C.; PECK, J.; RANTISI, N. M. (org.). *Market/place*: exploring spaces of exchange. Agenda Publishing, 2020.

BLOCK, F. Contradictions of self-regulating markets. *In*: MENDELL, M.; SALÉE, D. (org.). *The legacy of Karl Polanyi*. New York: St. Martin’s Press, 1991. p. 86–106.

BLOCK, F. Introduction. *In*: POLANYI, K. *The great transformation*: the political and economic origins of our time. 2. ed. Boston: Beacon Press, 2001. p. 18–38.

BLOCK, F. Karl Polanyi and the writing of The Great Transformation. *Theory and Society*, v. 32, n. 3, p. 275–306, 2003.

BOHANNAN, P.; DALTON, G. Karl Polanyi 1886–1964. *American Anthropologist*, v. 67, n. 6, p. 1508–1511, 1965.
BOYER, R. The variety and unequal performance of really existing markets: farewell to Doctor Pangloss. *In*: HOLLINGSWORTH, J.; BOYER, R. (org.). *Contemporary capitalism*: the embeddedness of institutions. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 55–93.
BRAUDEL, F. *The structures of everyday life*. London: Fontana, 1981.
BRAUDEL, F. *The wheels of commerce*. London: Fontana, 1982.
BURAWOY, M. For a sociological Marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. *Politics and Society*, v. 31, n. 2, p. 193–261, 2003.
CAHILL, D. Market analysis beyond market fetishism. *Environment and Planning A*, v. 52, n. 1, p. 27–45, 2020.
CALLON, M.; MUNIESA, F. Peripheral vision: economic markets as calculative collective devices. *Organization Studies*, v. 26, n. 8, p. 1229–1250, 2005.
CANGIANI, M. Karl Polanyi's institutional theory: market society and its "disembedded" economy. *Journal of Economic Issues*, v. 45, n. 1, p. 177–198, 2011.
CHANG, H.-J. Breaking the mould: an institutionalist political economy alternative to the neoliberal theory of the market and the state. *Cambridge Journal of Economics*, v. 26, n. 3, p. 539–560, 2002.
CHESTER, L. Analysing actually-existing markets. *In*: JO, T.-H.; TODOROVA, Z. (org.). *Advancing the frontiers of heterodox economics*. Abingdon: Routledge, 2016. p. 190–210.
COASE, R. *The firm, the market, and the law*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1988.
COASE, R. The institutional structure of production. *American Economic Review*, v. 82, n. 4, p. 713–719, 1992.
COLANDER, D.; HOLT, R.; ROSSER, J. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, v. 16, n. 4, p. 485–500, 2004.
CORIAT, B.; WEINSTEIN, O. The social construction of markets. *Issues in Regulation Theory*, n. 53, p. 1–4, 2005.
DALTON, G. Primitive, archaic, and modern economies: Karl Polanyi's contribution to economic anthropology and comparative economy. *In*: HELM, J.; BOHANNAN, P.; SAHLINS, M. (org.). *Essays in economic anthropology*. Seattle: American Ethnological Society, 1965. p. 1–24.
DESAI, R.; POLANYI LEVITT, K. (org.). *Karl Polanyi in the 21st century*. Manchester: Manchester University Press, [no prelo].
DOW, S. Prospects for the progress of heterodox economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 22, n. 2, p. 157–170, 2000.
EBNER, A. Marketization: theoretical reflections building on the perspectives of Polanyi and Habermas. *Review of Political Economy*, v. 27, n. 3, p. 369–389, 2015.
FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, v. 33, p. 105–128, 2007.
FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAN, Y. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*, v. 29, n. 1, p. 89–114, 2015.
FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1962.

FRIEDMAN, M. *Friedman in China*. Hong Kong: Chinese University Press, 1990.
GEMICI, K. Karl Polanyi and the antinomies of embeddedness. *Socio-Economic Review*, v. 6, n. 1, p. 5–33, 2008.
GEMICI, K. The neoclassical origins of Polanyi's self-regulating market. *Sociological Theory*, v. 33, n. 2, p. 125–147, 2015.
GRAPARD, U. Robinson Crusoe: the quintessential economic man? *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 33–52, 1995.
HALPERIN, R. *Cultural economies past and present*. Austin, TX: University of Texas Press, 1994.
HANN, C.; HART, K. *Economic anthropology*: history, ethnography, critique. Cambridge: Polity Press, 2011.
HARVEY, M. Introduction: putting markets in their place. *In*: HARVEY, M. (org.). *Markets, rules and institutions of exchange*. Manchester: Manchester University Press, 2010. p. 1–31.
HARVEY, M.; METCALFE, S. The ordering of change: Polanyi, Schumpeter and the nature of the market mechanism. *In*: HARVEY, M. (org.). *Markets, rules and institutions of exchange*. Manchester: Manchester University Press, 2010. p. 82–110.
HARVEY, M.; RANDLES, S. Markets, the ordering of exchanges and "instituted economic processes": an analytical perspective. *In*: HARVEY, M. (org.). *Markets, rules and institutions of exchange*. Manchester: Manchester University Press, 2010. p. 62–81.
JACKSON, W. *Markets*: perspectives from economic and social theory. Abingdon: Routledge, 2019.
JACKSON, W. On the social structure of markets. *Cambridge Journal of Economics*, v. 31, n. 2, p. 235–253, 2007.
JESSOP, B. The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2, p. 323–360, 2000.
KOCKA, J. *Capitalism*: a short history. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2016.
KRIPPNER, G. The elusive market: embeddedness and the paradigm of economic sociology. *Theory and Society*, v. 30, n. 6, p. 775–810, 2001.
KRIPPNER, G. et al. Polanyi symposium: a conversation on embeddedness. *Socio-Economic Review*, v. 2, n. 1, p. 109–135, 2004.
LACHER, H. The politics of the market: re-reading Karl Polanyi. *Global Society*, v. 13, n. 3, p. 313–326, 1999.
LAWSON, T. *Economics and reality*. London: Routledge, 1997.
LIE, J. Embedding Polanyi's market society. *Sociological Perspectives*, v. 34, n. 2, p. 219–235, 1991.
LIE, J. Sociology of markets. *Annual Review of Sociology*, v. 23, p. 341–360, 1997.
NAIDU, S.; RODRIK, D.; ZUCMAN, G. Economics after neoliberalism. *Boston Review*, v. 15, Summer, p. 1–14, 2019.
NELSON, R. Capitalism as a mixed economic system. *In*: MUELLER, D. (org.). *The Oxford handbook of capitalism*. New York: Oxford University Press, 2012. p. 277–298.

NEUBER, A. Towards a political economy of transition in eastern Europe. *Journal of International Development*, v. 5, n. 5, p. 511–530, 1993.
NORTH, D. Markets and other allocation systems in history: the challenge of Karl Polanyi. *Journal of European Economic History*, v. 6, n. 3, p. 703–716, 1977.
OFFE, C. Designing institutions in east European transitions. *In*: GOODIN, R. (org.). *The theory of institutional design*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 199–226.
PATON, J.; CAHILL, D. Thinking socially and spatially about markets. *In*: BERNDT, C.; PECK, J.; RANTISI, N. M. (org.). *Market/place*: exploring spaces of exchange. Agenda Publishing, 2020.
PECK, J. *Constructions of neoliberal reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
PECK, J. Disembedding Polanyi: exploring Polanyian economic geographies. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 7, p. 1536–1544, 2013a.
PECK, J. Economic sociologies in space. *Economic Geography*, v. 81, n. 2, p. 129–175, 2005.
PECK, J. For Polanyian economic geographies. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 7, p. 1545–1568, 2013b.
PECK, J.; BERNDT, C.; RANTISI, N. M. Introduction: exploring markets. *In*: BERNDT, C.; PECK, J.; RANTISI, N. M. (org.). *Market/place*: exploring spaces of exchange. Agenda Publishing, 2020.
PECK, J.; THEODORE, N. Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 6, p. 731–772, 2007.
POLANYI, K. Anthropology and economic theory. *In*: FRIED, M. (ed.). *Readings in anthropology*, vol. 2, Cultural Anthropology. New York: Crowell, 1959. p. 161–184.
POLANYI, K. The economy as instituted process. *In*: ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (eds.). *Trade and market in the early empires*: economies in history and theory. New York: Free Press, 1957. p. 243–269.
POLANYI, K. *The great transformation*: the political and economic origins of our time. Boston, MA: Beacon Press, 2001 [1944].
POLANYI, K. *The livelihood of man*. Edited by H. Pearson. New York: Academic Press, 1977.
PORTES, A. *Economic sociology*: a systematic inquiry. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.
RANTISI, N.; BERNDT, C.; PECK, J. Conclusion: “market research”. *In*: BERNDT, C.; PECK, J.; RANTISI, N. M. (org.). *Market/place*: exploring spaces of exchange. Agenda Publishing, 2020.
SCHOENBERGER, E. What are markets for and who makes them? Class, state-building and territorial management in the constitution of markets. *In*: BERNDT, C.; PECK, J.; RANTISI, N. M. (org.). *Market/place*: exploring spaces of exchange. Agenda Publishing, 2020.
SLATER, D.; TONKISS, F. *Market society*. Cambridge: Polity Press, 2001.
SMITH, A. Polanyi, double movements and political economic transformations. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 7, p. 1657–1661, 2013.

SPIES-BUTCHER, B.; PATON, J.; CAHILL, D. (org.). *Market society*: history, theory, practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
STRASSMANN, D. Feminist thought and economics; or, what do the Visigoths know? *American Economic Review, Papers and Proceedings*, v. 84, n. 2, p. 153–158, 1994.
WALLERSTEIN, I. Braudel on capitalism, or everything upside down. *Journal of Modern History*, v. 63, n. 2, p. 354–361, 1991.
WATSON, M. Competing models of socially constructed economic man: differentiating Defoe's Crusoe from the Robinson of neoclassical economics. *New Political Economy*, v. 16, n. 5, p. 609–626, 2011.
WATSON, M. *The market*. Newcastle upon Tyne: Agenda Publishing, 2018.